v7.n12.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

AUTOMEDICAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: RISCOS DO USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS E A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM

SELF-MEDICATION IN CONTEMPORARY SOCIETY: RISKS OF IRRATIONAL MEDICINE USE AND THE ROLE OF NURSING

AUTOMEDICACIÓN EN LA SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA: RIESGOS DEL USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS Y EL PAPEL DE LA ENFERMERÍA

Luana Vitória Sales Costa[1], Adriane Roberta Revolta de Araújo[2], Simone Meurer Brand[3]

https://doi.org/10.47820/recima21.v7i12.9705

PUBLICADO: 12/2026

RESUMO

A automedicação envolve a busca por alívio de sintomas, experiências prévias com medicamentos, condições de acesso aos serviços de saúde e informações disponíveis, inclusive em ambientes digitais. Embora alguns medicamentos sejam vendidos sem prescrição, seu uso exige atenção à dose, à duração do tratamento, às contraindicações e às possíveis interações. Este artigo objetiva analisar os riscos da automedicação e do uso irracional de medicamentos, suas repercussões individuais e coletivas e as contribuições da Enfermagem para prevenir danos. Trata-se de revisão bibliográfica, exploratória e qualitativa, baseada em literatura científica e documentos institucionais, incluindo estudos epidemiológicos brasileiros, orientações sanitárias e publicações sobre segurança medicamentosa. A literatura indica que o uso inadequado pode provocar reações adversas, intoxicações, interações, duplicidade terapêutica, mascaramento de sintomas e atraso na procura por atendimento. O uso não orientado de antimicrobianos também preocupa a saúde coletiva, embora a resistência microbiana seja multifatorial. A prevenção requer mais que advertências: depende de acesso oportuno aos serviços, comunicação compreensível, letramento em saúde e acompanhamento multiprofissional. Nesse contexto, a Enfermagem pode identificar práticas de automedicação, investigar hábitos e dúvidas sem julgamento, orientar sobre sinais de alerta e reforçar o uso seguro dos medicamentos, respeitando as competências profissionais e os protocolos vigentes. Conclui-se que ações educativas contínuas, articuladas à vigilância e à assistência, são fundamentais para reduzir danos e favorecer decisões informadas sobre medicamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Autocuidado. Enfermagem. Medicamentos. Saúde pública. Uso racional de medicamentos.

ABSTRACT

Self-medication involves seeking symptom relief, previous experiences with medications, access to healthcare services, and available information, including digital environments. Although some medications are available without a prescription, their use requires attention to dosage, treatment duration, contraindications, and potential interactions. This article aims to analyze the risks associated with self-medication and the irrational use of medications, their individual and collective impacts, and the contributions of Nursing to harm prevention. This is an exploratory, qualitative literature review based on scientific literature and institutional documents, including Brazilian epidemiological studies, health guidelines, and publications on medication safety. The literature indicates that inappropriate medication use may cause adverse reactions, poisoning, drug interactions, therapeutic duplication, symptom masking, and delays in seeking medical care. The unsupervised use of antimicrobials is also a public health concern, although microbial resistance is multifactorial.

[1] Graduanda de Enfermagem, CESUFOZ.
[2] Docente pela CESUFOZ, Mestre em Saúde Pública em Região de Fronteira – UNIOESTE.
[3] UNIOESTE, Mestre em Saúde Pública em Região de Fronteira.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Prevention requires more than warnings; it depends on timely access to healthcare services, clear communication, health literacy, and multidisciplinary follow-up. In this context, Nursing professionals can identify self-medication practices, investigate habits and concerns without judgment, provide guidance on warning signs, and reinforce the importance of safe medication use while respecting professional competencies and current protocols. It is concluded that continuous educational actions, integrated with surveillance and healthcare services, are essential to reduce harm and promote informed decisions about medications.

***KEYWORDS**: Self-care. Nursing. Medications. Public health. Rational use of medications.*

RESUMEN
La automedicación implica la búsqueda de alivio de síntomas, experiencias previas con medicamentos, condiciones de acceso a los servicios de salud e información disponible, incluso en entornos digitales. Aunque algunos medicamentos se venden sin receta, su uso requiere atención a la dosis, la duración del tratamiento, las contraindicaciones y las posibles interacciones. Este artículo tiene como objetivo analizar los riesgos de la automedicación y del uso irracional de medicamentos, sus repercusiones individuales y colectivas y las contribuciones de la Enfermería para prevenir daños. Se trata de una revisión bibliográfica, exploratoria y cualitativa, basada en literatura científica y documentos institucionales, incluidos estudios epidemiológicos brasileños, orientaciones sanitarias y publicaciones sobre seguridad de los medicamentos. La literatura indica que el uso inadecuado puede provocar reacciones adversas, intoxicaciones, interacciones, duplicidad terapéutica, enmascaramiento de síntomas y retraso en la búsqueda de atención médica. El uso no supervisado de antimicrobianos también preocupa a la salud colectiva, aunque la resistencia microbiana es multifactorial. La prevención requiere más que advertencias: depende del acceso oportuno a los servicios, la comunicación comprensible, la alfabetización en salud y el seguimiento multiprofesional. En este contexto, la Enfermería puede identificar prácticas de automedicación, investigar hábitos y dudas sin juzgar, orientar sobre señales de alerta y reforzar el uso seguro de los medicamentos, respetando las competencias profesionales y los protocolos vigentes. Se concluye que las acciones educativas continuas, articuladas con la vigilancia y la asistencia, son fundamentales para reducir daños y favorecer decisiones informadas sobre los medicamentos.

***PALABRAS CLAVE:** Autocuidado. Enfermería. Medicamentos. Salud pública. Uso racional de medicamentos.*

1. INTRODUÇÃO

Os medicamentos ocupam lugar central na prevenção, no controle e no tratamento de problemas de saúde. Quando utilizados de maneira apropriada, podem reduzir sintomas, controlar doenças e melhorar a qualidade de vida. Entretanto, o benefício terapêutico não é automático, pois depende da escolha adequada do medicamento, da dose, da via de administração, da duração do tratamento, das características da pessoa e do acompanhamento necessário. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que práticas inseguras e erros relacionados a medicamentos estão entre as fontes importantes de danos evitáveis nos sistemas de saúde, tornando a segurança medicamentosa uma responsabilidade compartilhada entre usuários, profissionais, instituições e gestores (World Health Organization, 2024).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A automedicação pode ser entendida, em sentido amplo, como o uso de medicamentos por iniciativa da própria pessoa para tratar sintomas ou condições percebidas, sem avaliação profissional específica para aquela situação. Esse fenômeno, contudo, não deve ser reduzido a uma decisão individual isolada. Ele está relacionado a fatores culturais, experiências anteriores, disponibilidade de medicamentos, influência de familiares, custos e tempo necessários para obter atendimento, além da forma como as informações sobre saúde são divulgadas e interpretadas. Em muitos casos, o indivíduo busca resolver um desconforto considerado conhecido ou leve; em outros, a automedicação pode decorrer de dificuldades de acesso aos serviços de saúde, de tratamentos anteriores ou da crença de que um medicamento já utilizado será adequado novamente.

No Brasil, o estudo de base populacional de Arrais *et al*. (2016), realizado a partir de dados da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos, estimou uma prevalência de automedicação de 16,1% no período investigado. Os autores observaram diferenças regionais e sociodemográficas, além do predomínio de medicamentos classificados como isentos de prescrição entre aqueles utilizados por automedicação. Embora os dados tenham sido coletados em 2013 e 2014 e não devam ser apresentados como um retrato atualizado da prevalência nacional, eles demonstram que a prática já constituía uma questão relevante de saúde pública e que seu entendimento exige atenção às desigualdades e aos padrões de utilização de medicamentos.

A existência de medicamentos isentos de prescrição não torna a automedicação sempre segura ou sempre inadequada. O uso responsável de determinados produtos para sintomas autolimitados pode integrar o autocuidado, desde que a pessoa compreenda as indicações, respeite as orientações da bula e reconheça quando deve procurar atendimento. O problema está no uso sem informação suficiente, em doses ou períodos inadequados, na combinação de substâncias, na reutilização de receitas antigas, no compartilhamento de medicamentos e na tentativa de tratar sintomas persistentes sem investigar suas causas. A distinção entre autocuidado responsável e uso irracional é, portanto, essencial para evitar interpretações simplificadoras.

A circulação de conteúdos de saúde na internet e nas redes sociais acrescenta outra dimensão ao problema. Esses espaços podem ampliar o acesso a informações úteis, mas também difundem publicidade, relatos pessoais e recomendações sem contextualização clínica. Uma experiência positiva de outra pessoa não assegura que o mesmo produto seja seguro para alguém com idade, histórico clínico, alergias, gestação, doenças crônicas ou outros medicamentos em uso diferentes. Dessa forma, a quantidade de informações disponíveis não equivale, necessariamente, à capacidade de avaliar sua qualidade.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

As consequências do uso inadequado variam conforme o medicamento, a dose, a frequência, o tempo de exposição e as condições individuais. Entre os possíveis danos estão reações adversas, intoxicações, interações medicamentosas, duplicidade de princípios ativos em produtos diferentes, agravamento de doenças preexistentes e atraso na identificação de condições que necessitam de tratamento específico. No caso dos antimicrobianos, o uso inadequado pode contribuir para a seleção de microrganismos resistentes, um problema complexo que também envolve prescrição, dispensação, controle de infecções, saneamento, uso veterinário e fatores ambientais.

Nesse contexto, a Enfermagem pode contribuir para a promoção do uso racional de medicamentos por meio da consulta, da escuta qualificada, da educação em saúde, da identificação de riscos e do trabalho articulado com os demais profissionais. A orientação deve ser individualizada, acessível e não punitiva, considerando que o receio de repreensão pode levar o paciente a ocultar o uso de medicamentos, prejudicando a avaliação e a segurança do cuidado. A atuação profissional deve respeitar as competências legais, os protocolos institucionais e a necessidade de encaminhamento quando a situação exigir avaliação de outro profissional.

Tem-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: quais são os principais riscos associados à automedicação e ao uso irracional de medicamentos, e de que maneira a atuação da Enfermagem pode contribuir para a prevenção desses agravos?

Quanto ao objetivo geral da presente pesquisa, desejou-se analisar os riscos associados à automedicação e ao uso irracional de medicamentos, considerando os fatores sociais e informacionais relacionados a essas práticas e as contribuições da Enfermagem para a prevenção de danos. Quanto aos objetivos específicos, pretendeu-se: discutir os fatores sociais, culturais e informacionais que favorecem a automedicação e o uso irracional de medicamentos; examinar os principais riscos clínicos e sanitários decorrentes dessas práticas; analisar a influência da internet e das redes sociais na utilização de medicamentos por iniciativa própria; e identificar estratégias educativas e assistenciais que podem ser desenvolvidas pela Enfermagem para promover o uso racional de medicamentos e prevenir agravos à saúde.

A escolha do tema justifica-se pela relevância da automedicação e do uso irracional de medicamentos para a saúde individual e coletiva. Embora os medicamentos sejam importantes recursos terapêuticos, sua utilização sem informações suficientes ou sem a observância das orientações adequadas pode provocar danos à saúde, dificultar o diagnóstico de doenças e comprometer a segurança do tratamento. Além disso, a facilidade de acesso a determinados medicamentos e a circulação de informações nem sempre confiáveis nos ambientes digitais reforçam a necessidade de discutir os fatores que influenciam essas práticas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A abordagem do tema também se mostra relevante para a formação e a atuação dos profissionais de Enfermagem, considerando sua participação na educação em saúde, na identificação de situações de risco e na orientação dos usuários sobre a utilização segura de medicamentos. Compreender os fatores que favorecem a automedicação permite desenvolver ações educativas mais próximas da realidade da população, respeitando suas experiências, necessidades e dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Assim, este estudo busca contribuir para a reflexão sobre a prevenção de danos relacionados ao uso de medicamentos e sobre as possibilidades de atuação da Enfermagem na promoção do uso racional, fortalecendo práticas de cuidado baseadas em informação qualificada, segurança e responsabilidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Automedicação, autocuidado e uso racional de medicamentos

A automedicação consiste no uso de medicamentos por iniciativa própria para aliviar sintomas ou tratar problemas de saúde, sem avaliação profissional específica para aquela situação. Essa prática deve ser compreendida em relação ao autocuidado, que envolve ações individuais e coletivas de promoção da saúde. Embora alguns medicamentos possam ser utilizados de forma responsável sem prescrição, isso não elimina a necessidade de observar as indicações, as doses, o tempo de uso e as possíveis contraindicações.

O uso racional de medicamentos pressupõe a escolha adequada ao problema de saúde, com dose e duração apropriadas e informações suficientes para seu uso seguro. Nesse sentido, a disponibilidade de um medicamento não garante que ele seja adequado a todas as pessoas. O uso prolongado, a combinação de substâncias e a repetição de tratamentos sem reavaliação podem aumentar os riscos (Arrais *et al*., 2016).

A automedicação também não deve ser interpretada como um comportamento uniforme. A revisão sistemática de Domingues *et al*. (2015) demonstra a relevância de investigar sua ocorrência na população adulta brasileira, considerando as diferenças entre os estudos e seus contextos. Assim, a promoção do uso racional deve conciliar autonomia e segurança, oferecendo informações compreensíveis e orientações sobre os limites do autocuidado.

2.2. Fatores socioculturais e acesso à saúde

A decisão de utilizar medicamentos por conta própria pode estar relacionada a experiências anteriores, recomendações de familiares, disponibilidade de produtos em casa e busca por alívio rápido dos sintomas. Quando um medicamento parece ter funcionado em outra

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ocasião, a pessoa pode repetir seu uso sem considerar que sintomas semelhantes nem sempre têm a mesma causa ou exigem o mesmo tratamento.

As condições de acesso aos serviços de saúde também precisam ser consideradas. Dificuldades para conseguir consultas, custos de deslocamento e incompatibilidade entre os horários de atendimento e as responsabilidades cotidianas podem favorecer a busca por alternativas imediatas. Os estudos sobre automedicação no Brasil reforçam a importância de analisar a prática em seu contexto populacional, evitando explicações que responsabilizem exclusivamente o indivíduo (Arrais *et al*., 2016; Domingues *et al*., 2015).

Por essa lógica, a prevenção não deve se limitar a recomendações genéricas para evitar a automedicação. É necessário orientar sobre os riscos, esclarecer quando procurar atendimento e ampliar as possibilidades de acesso à assistência. Essa abordagem reconhece as condições concretas de vida da população e favorece decisões mais seguras.

2.3. Riscos clínicos e sanitários do uso inadequado

Os riscos associados ao uso inadequado de medicamentos variam conforme a substância, a dose, a duração do tratamento e as condições de saúde da pessoa. Entre as possíveis consequências estão reações adversas, intoxicações, interações medicamentosas, duplicidade de princípios ativos e atraso na avaliação de problemas que exigem acompanhamento profissional.

A utilização simultânea de diferentes produtos merece atenção, pois medicamentos com nomes comerciais distintos podem conter o mesmo princípio ativo. Além disso, a combinação com outros medicamentos, suplementos ou álcool pode provocar interações. O armazenamento inadequado, o uso de produtos vencidos e o compartilhamento de medicamentos também podem comprometer a segurança.

Outro aspecto importante é o uso de antimicrobianos sem orientação adequada. Essa prática pode contribuir para a seleção de microrganismos resistentes, embora a resistência antimicrobiana também envolva fatores relacionados à assistência à saúde, ao uso veterinário e ao ambiente. Por isso, o problema exige ações que ultrapassem a responsabilidade individual.

A Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2024) destaca a necessidade de reduzir danos evitáveis relacionados a medicamentos por meio de medidas que envolvam usuários, profissionais e sistemas de saúde. Essa perspectiva evidencia que a segurança medicamentosa depende tanto das escolhas individuais quanto da qualidade da informação, da assistência e dos processos de cuidado.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2.4. Internet, redes sociais e letramento em saúde

A *internet* e as redes sociais ampliaram o acesso a informações sobre sintomas e medicamentos. Embora esses recursos possam favorecer a educação em saúde, também facilitam a circulação de recomendações sem fundamentação adequada, publicidade e relatos pessoais apresentados como se fossem evidências de eficácia. A popularidade de um conteúdo, por si só, não comprova sua confiabilidade.

Nesse contexto, o letramento em saúde envolve a capacidade de acessar, compreender, avaliar e utilizar informações para tomar decisões relacionadas à saúde. Essa capacidade não depende apenas do indivíduo: também é influenciada pela clareza das informações, pela organização dos serviços e pelas oportunidades de diálogo com profissionais (Peres, 2023; World Health Organization, 2025).

Diante disso, a educação em saúde deve incentivar a avaliação crítica das informações digitais, a consulta a fontes confiáveis e a procura por orientação profissional quando houver dúvidas. A abordagem precisa ser acolhedora, sem culpabilizar quem compartilha ou utiliza informações inadequadas, favorecendo a construção de decisões mais conscientes sobre medicamentos.

2.5. A atuação da Enfermagem na prevenção e na promoção do uso seguro

A Enfermagem pode contribuir para a prevenção dos riscos da automedicação por meio da avaliação dos medicamentos utilizados, da identificação de dúvidas e da orientação sobre práticas seguras. Para isso, é importante compreender os motivos que levam a pessoa a se automedicar e investigar possíveis dificuldades de acesso à assistência, evitando abordagens exclusivamente punitivas.

A Resolução Cofen nº 736/2024 dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem nos contextos em que ocorre o cuidado. Essa normativa oferece respaldo para a organização sistemática da assistência, respeitadas as competências profissionais e as demais normas aplicáveis (Conselho Federal de Enfermagem, 2024). No contexto da automedicação, esse processo pode apoiar a identificação de necessidades, o planejamento de orientações e o acompanhamento do cuidado.

As ações educativas devem utilizar linguagem acessível e considerar as dúvidas e condições de cada usuário. Orientações sobre leitura da bula, identificação de princípios ativos, armazenamento e reconhecimento de sinais de alerta podem integrar o cuidado individual e as atividades coletivas. Quando houver suspeita de intoxicação, reação adversa ou agravamento do quadro, é necessário seguir os protocolos pertinentes e encaminhar a pessoa para avaliação adequada.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Assim, a atuação da Enfermagem deve articular educação em saúde, escuta qualificada e trabalho multiprofissional. Mais do que transmitir advertências, cabe contribuir para que os usuários compreendam os riscos, reconheçam os limites do autocuidado e tenham condições de tomar decisões mais seguras.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica narrativa, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, com o objetivo de discutir a automedicação, os riscos associados ao uso inadequado de medicamentos e a atuação da Enfermagem na prevenção de danos. Segundo Rother (2007), a revisão narrativa permite descrever e discutir o desenvolvimento de determinado tema a partir da literatura disponível, favorecendo uma compreensão teórica e contextual do assunto.

As buscas bibliográficas foram realizadas no período de [mês/ano] a [mês/ano], nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed, utilizando os descritores [informar os termos efetivamente utilizados]. A seleção das publicações considerou sua pertinência ao objetivo da pesquisa, contemplando estudos sobre automedicação, riscos associados ao uso irracional de medicamentos e atuação da Enfermagem. Foram excluídos [informar os critérios efetivamente adotados]. Os materiais selecionados foram submetidos à leitura e à análise temática, permitindo organizar a discussão conforme os principais aspectos identificados na literatura.

A seleção dos materiais considerou sua relevância para a compreensão dos fatores associados à automedicação, dos riscos decorrentes do uso inadequado de medicamentos e das estratégias de prevenção e educação em saúde. Após a seleção, foi realizada a leitura dos materiais, com organização das informações em eixos temáticos: fatores individuais e sociais relacionados à automedicação; riscos clínicos e sanitários; circulação de informações sobre medicamentos em ambientes digitais; e atuação da Enfermagem na orientação dos usuários e na promoção do uso racional de medicamentos.

Foram incluídas publicações de diferentes períodos, inclusive anteriores a 2020, quando sua contribuição para a compreensão do tema justifica sua utilização. Essa escolha permitiu considerar estudos relevantes sobre a prevalência da automedicação e seus fatores associados, respeitando as diferenças entre os períodos e métodos de investigação.

Por se tratar de uma revisão narrativa, a análise foi desenvolvida de forma descritiva e interpretativa, buscando relacionar as contribuições dos materiais selecionados aos objetivos do estudo. Não foram realizados cálculos próprios de prevalência nem inferências causais a partir

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de estudos com métodos e populações distintas. A discussão foi organizada de modo a integrar os aspectos individuais, sociais, informacionais e assistenciais envolvidos na automedicação, com destaque para suas implicações na segurança medicamentosa e na prática da Enfermagem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A automedicação é uma prática presente na sociedade e pode estar relacionada à facilidade de acesso aos medicamentos, às experiências anteriores, às informações compartilhadas por familiares e amigos e às dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Embora algumas pessoas recorram a medicamentos conhecidos para aliviar sintomas, seu uso sem orientação adequada pode trazer riscos, principalmente quando não são consideradas as doses e as possíveis interações medicamentosas.

No Brasil, Arrais *et al*. (2016) identificaram prevalência de automedicação de 16,1%, com base em dados coletados entre 2013 e 2014. Já Domingues *et al*. (2015), em uma revisão sistemática, encontraram prevalência de 35,0% nos estudos de maior qualidade metodológica que utilizaram um período de recordação de 15 dias. Esses resultados demonstram a relevância do tema, mas precisam ser interpretados considerando as diferenças entre os métodos, os períodos de coleta e as populações estudadas. Portanto, os percentuais não devem ser comparados como se representassem a mesma realidade ou a prevalência atual da automedicação no país.

Os resultados apresentados por Arrais *et al*. (2016) e Domingues *et al*. (2015) evidenciam diferenças nas estimativas de automedicação na população brasileira. Entretanto, essa variação não deve ser interpretada, isoladamente, como aumento ou redução da prática, uma vez que os estudos apresentam diferenças metodológicas, especialmente quanto às populações investigadas e aos períodos de recordação. Assim, a comparação entre os achados reforça a necessidade de considerar as características de cada investigação antes de estabelecer conclusões sobre a frequência da automedicação no país.

A utilização de medicamentos sem orientação profissional pode parecer uma solução simples para sintomas cotidianos, mas a familiaridade com determinado produto não garante que seu uso seja seguro em todas as situações. A escolha inadequada do medicamento, o uso de doses superiores às recomendadas, a combinação de substâncias e a continuidade do tratamento sem avaliação podem provocar reações adversas, intoxicações e agravamento de problemas de saúde. Além disso, o alívio temporário dos sintomas pode atrasar a identificação de uma condição que necessita de atendimento profissional. Essa preocupação também aparece nos dados de intoxicação. Pereira *et al*. (2025) analisaram 23.859 casos de intoxicação

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

relacionados à automedicação registrados no Brasil entre 2014 e 2023 (Gráfico 1). Os autores identificaram predominância de mulheres, que corresponderam a 70,8% dos casos, e de adultos entre 20 e 59 anos, que representaram 62,2%. O estudo também apontou aumento nacional dos registros, especialmente em 2022 e 2023. Esses dados evidenciam a importância da prevenção e do acompanhamento do uso de medicamentos.

É importante destacar que os casos de intoxicação registrados não correspondem ao total de pessoas que praticam automedicação. Assim, o aumento das notificações não significa, por si só, que a prevalência da prática tenha aumentado na mesma proporção. Ainda assim, os resultados reforçam a necessidade de ações de educação em saúde, orientação sobre o uso correto dos medicamentos e fortalecimento dos sistemas de vigilância.

Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2024) destaca a segurança medicamentosa como uma questão importante para a prevenção de danos evitáveis nos serviços de saúde. A promoção do uso racional de medicamentos depende não apenas das escolhas individuais, mas também da qualidade das informações disponíveis, da orientação dos profissionais e das condições de acesso aos serviços de saúde. Por isso, a educação em saúde deve considerar as dúvidas e as experiências da população, oferecendo informações claras e confiáveis, sem desconsiderar as dificuldades que podem levar alguém a recorrer à automedicação.

A atuação da Enfermagem é relevante nesse processo por envolver acolhimento, identificação de necessidades de saúde, orientação e acompanhamento dos usuários. Durante o atendimento, o profissional pode investigar quais medicamentos a pessoa utiliza por conta própria, compreender os motivos dessa escolha e esclarecer dúvidas sobre doses, contraindicações, interações, armazenamento e sinais de alerta. Essa abordagem permite orientar o paciente de maneira individualizada e favorecer decisões mais seguras, sem julgamentos que possam dificultar o diálogo.

A Resolução Cofen nº 736/2024 estabelece a implementação do Processo de Enfermagem nos contextos em que ocorre o cuidado de enfermagem, organizando-o em etapas inter-relacionadas que incluem avaliação, diagnóstico, planejamento, implementação e evolução (Conselho Federal de Enfermagem, 2024). No contexto da automedicação, esse processo pode contribuir para reconhecer necessidades de cuidado, planejar orientações e avaliar as respostas do paciente, conforme as atribuições profissionais e as condições de atendimento.

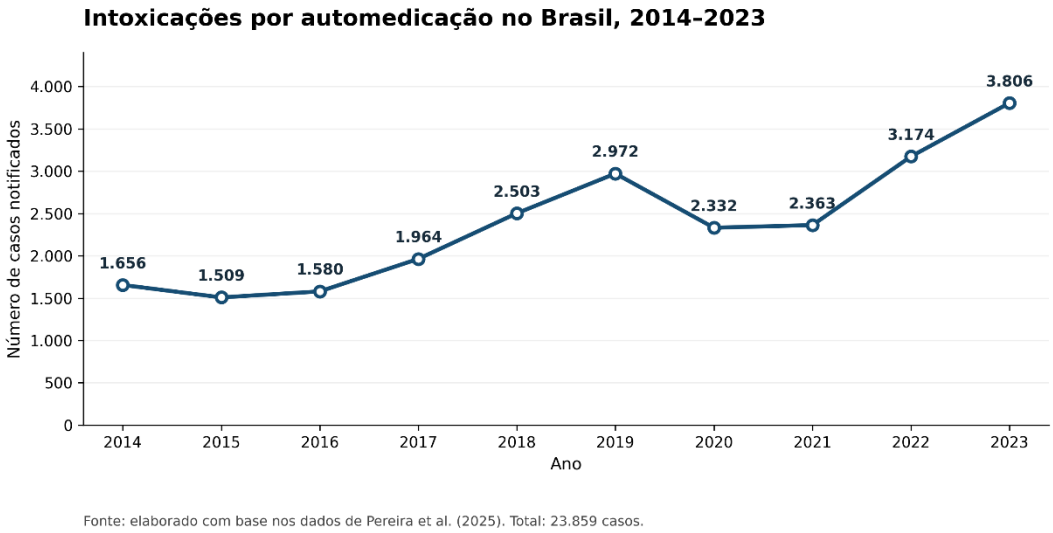
Além das orientações individuais, a Enfermagem pode participar de atividades educativas em unidades de saúde, escolas e espaços comunitários, abordando os riscos do uso inadequado de medicamentos e a importância de procurar atendimento quando os sintomas persistem ou se agravam. Também é importante estimular a busca por fontes confiáveis de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

informação, especialmente diante da circulação de recomendações sobre medicamentos nas redes sociais. A comunicação acessível e o diálogo com a população são fundamentais para que as orientações sejam compreendidas e possam ser aplicadas no cotidiano.

De modo geral, os estudos analisados indicam que a automedicação deve ser compreendida como uma questão de saúde pública que envolve fatores individuais, sociais e relacionados ao acesso à assistência. Embora nem toda utilização de medicamentos sem prescrição resulte em danos, a ausência de orientação adequada pode aumentar os riscos. Dessa forma, a prevenção exige informação de qualidade, acesso aos serviços de saúde e participação dos profissionais na promoção do uso racional de medicamentos. Nesse cenário, a Enfermagem tem papel importante na educação em saúde, na identificação de situações de risco e no incentivo a escolhas mais seguras.

Gráfico 1. Número de casos de intoxicação por automedicação registrados no Brasil entre 2014 e 2023



Fonte: Elaborado com base nos dados de Pereira et al. (2025).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os riscos associados à automedicação e ao uso irracional de medicamentos, bem como discutir a contribuição da Enfermagem para a prevenção de danos. A literatura consultada evidencia que a automedicação é um fenômeno multifatorial, influenciado por experiências pessoais, fatores socioculturais, condições de acesso aos serviços de saúde e informações disponíveis. Embora o autocuidado possa envolver o uso responsável de determinados medicamentos, a utilização sem conhecimento adequado pode favorecer

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

reações adversas, intoxicações, interações medicamentosas, duplicidade terapêutica e atraso na identificação de problemas de saúde.

A prevenção desses riscos exige mais do que alertas sobre os perigos da automedicação. É fundamental oferecer informações claras e confiáveis, ampliar o acesso à assistência e considerar as condições de vida que influenciam as escolhas dos usuários. Nesse contexto, a internet e as redes sociais podem contribuir para a educação em saúde, desde que as informações divulgadas sejam confiáveis e utilizadas de forma crítica. A Enfermagem sustenta um papel importante nesse processo por meio da escuta qualificada, da identificação dos medicamentos utilizados, da orientação sobre o uso seguro, do reconhecimento de sinais de alerta e do encaminhamento para avaliação profissional quando necessário. As ações educativas individuais e coletivas, articuladas à equipe multiprofissional e respeitando as competências legais, podem favorecer decisões mais seguras e contribuir para a promoção do uso racional de medicamentos.

Como limitação, destaca-se a necessidade de detalhar os procedimentos de busca e seleção das publicações, de modo a tornar a metodologia mais transparente.

Conclui-se que a redução dos riscos associados à automedicação depende da educação em saúde contínua, da promoção da segurança medicamentosa e da atuação conjunta de usuários, profissionais, serviços de saúde e gestores. A Enfermagem, por sua proximidade com a população, pode contribuir significativamente para esse processo, incentivando o uso responsável de medicamentos e o cuidado orientado por informações confiáveis.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, P. S. D. *et al*. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, p. 13s, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução Cofen nº 736, de 17 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de Enfermagem. Brasília, DF: Conselho Federal de Enfermagem, 2024. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-736-de-17-de-janeiro-de-2024/. Acesso em: 28 ago. 2026.

DOMINGUES, P. H. F. *et al*. Prevalence of self-medication in the adult population of Brazil: a systematic review. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, art. 36, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005709.

PEREIRA, L. B. *et al*. Epidemiological profile of exogenous intoxications by self-medication in Brazil: a decade of trends and the impact of the COVID-19. **Pharmacoepidemiology and Drug Safety**, v. 34, n. 11, e70269, 2025. DOI: https://doi.org/10.1002/pds.70269.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

PERES, F. Alfabetização, letramento ou literacia em saúde? Traduzindo e aplicando o conceito de health literacy no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 5, p. 1563-1573, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.14562022.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Medication without harm:** policy brief. Geneva: World Health Organization, 2024. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240062764. Acesso em: 13 set. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.